

ACORDO PENAL E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: LIMITES E POSSIBILIDADES DE MODELOS DE RESOLUÇÃO ALTERNATIVA PARA O CASO PENAL

PENAL AGREEMENT AND DEMOCRATIC RULE OF LAW: LIMITS AND POSSIBILITIES OF ALTERNATIVE RESOLUTION MODELS FOR CRIMINAL CASES

ELMIR DUCLERC¹

Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.
elmir.duclerc@gmail.com

GABRIEL VIANNA FERNANDEZ²

Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.
gabrielfernandezadv@gmail.com

ANA LUISA LEÃO DE AQUINO BARRETO³

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.
analuisalabarreto@gmail.com

-
1. Doutor em Direito pela Universidade Estácio de Sá-RJ. Professor de Direito Processual Penal da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Promotor de Justiça do MPBA.
Currículo Lattes: [<http://lattes.cnpq.br/3306637869298105>].
ORCID: [<https://orcid.org/0000-0003-4902-0048>].
E-mail: elmir.duclerc@gmail.com
 2. Mestre em Direito Penal pela Universidade Federal do Estado da Bahia (UFBA). Graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2018). Licenciado em História pela Universidade Federal da Bahia (2011). Integrante do Núcleo de Estudos sobre Sanção Penal (Nesp). Professor e advogado.
Currículo Lattes: [<http://lattes.cnpq.br/3919247702213585>].
ORCID: [<https://orcid.org/0000-0003-2251-9754>].
E-mail: gabrielfernandezadv@gmail.com
 3. Doutora em Direito Penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestra em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017). Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2014). Integrante do Grupo Clandestino de Estudos em

Recebido em: 12.09.2023

Aprovado em: 07.03.2024

Última versão dos autores: 25.03.2024

DOI: [10.5281/zenodo.13653847].

ÁREAS DO DIREITO: Processual; Penal

RESUMO: O artigo propõe um diagnóstico crítico dos avanços e retrocessos decorrentes do advento do acordo de não persecução penal, instituto introduzido pela Lei Anticrime, bem como procura compará-lo com outros mecanismos processuais de barganha penal, considerando aspectos relacionados ao momento processual a ser proposto, as infrações em que seria cabível, os requisitos legais estabelecidos, efeitos e rescindibilidade. Dessa comparação procura-se densificar a análise sobre o instituto e sobre modelos de resolução alternativa do caso penal, bem como extrair-se certas diretrizes gerais para um modelo geral ou mecanismo único de negociabilidade, em âmbito penal, que seja adequado ao Brasil, na perspectiva do Estado Democrático de Direito, e que bem podem servir para embasar a interpretação das normas que tratam do instituto, bem como para orientar futuros esforços de reforma do processo penal brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Acordo de Não Persecução Penal – Justiça Penal Negocial – Processo Penal – Lei Anticrime.

ABSTRACT: The paper carries out a critical diagnosis of the advances and setbacks arising from the advent of the institute of "criminal non-prosecution agreement", introduced by the Anti-Crime Law, as well as seeks to compare it with other procedural mechanisms of criminal bargaining, considering aspects related to the procedural moment to be proposed, the infractions in which it would be applicable, the established legal requirements, effects and termination. This comparison seeks to densify the analysis of the institute and models of alternative resolution of criminal cases, as well as to extract certain general guidelines for a general model or single mechanism of negotiability, in the criminal sphere, that is suitable for Brazil, in perspective of the Democratic Rule of Law, and which may well serve to support the interpretation of the norms that deal with the institute, as well as to guide future efforts to reform the Brazilian criminal process.

KEYWORDS: Non-Persecution Agreement – Negotial Criminal Justice – Criminal Procedural Anti-crime Law.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Os requisitos legais dos institutos de solução alternativa do caso penal. 2.1. Requisitos relativos à viabilidade da acusação (e da futura punição). 2.2. Requisitos relativos aos tipos de crimes. 2.3. Requisitos subjetivos e de política criminal. 3. As condições legais para a solução alternativa do caso penal e sua crítica. 4. Efeitos e rescindibilidade. 5. Natureza das medidas. 6. Momento processual. 7. Conclusão. 8. Referências bibliográficas.

Controle, Cidade e Prisão. Professora e advogada. Currículo Lattes: [<http://lattes.cnpq.br/5007704375133339>].

ORCID: [<https://orcid.org/0000-0003-3358-8843>].

E-mail: analuisalabarreto@gmail.com

DUCLERC, Elmir; FERNANDEZ, Gabriel Vianna; BARRETO, Ana Luisa Leão de Aquino. Acordo penal e Estado Democrático de Direito: limites e possibilidades de modelos de resolução alternativa para o caso penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol. 205. ano 32. p. 187-215. São Paulo: Ed. RT, nov./dez. 2024. DOI: [10.5281/zenodo.13653847].